

Edição especial - Sociedade e ambiente no Semiárido: controvérsias e abordagens  
Vol. 55, p. 238-261, dez. 2020. DOI: 10.5380/dma.v55i0.73622. e-ISSN 2176-9109



SISTEMA  
ELETRÔNICO  
DE REVISTAS  
SER | UFPR

[www.ser.ufpr.br](http://www.ser.ufpr.br)

## Barragem Poço de Varas: uma proposta política centenária

### *Poço de Varas Dam: a centenary political proposal*

José Washington Gonçalves PEREIRA<sup>1\*</sup>, Cícero Nilton Moreira da SILVA<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Pau dos Ferros, RN, Brasil.

\* E-mail de contato: [washingtonpereira10@hotmail.com](mailto:washingtonpereira10@hotmail.com)

Artigo recebido em 09 de maio de 2020, versão final aceita em 27 de setembro de 2020, publicado em 18 de dezembro de 2020.

**RESUMO:** A fim de superar os problemas decorrentes das secas na região Nordeste do Brasil, o Estado, ao longo de sua história, decidiu investir na construção de obras hidráulicas, especialmente em barragens. Neste sentido, o presente trabalho se trata de um estudo de caso acerca da proposta centenária de construção da Barragem Poço de Varas, que está presente desde 1915 no cenário político da microrregião Serra de São Miguel, no interior do Estado do Rio Grande do Norte. Dessa forma, os objetivos deste artigo foram analisar como a proposta da barragem tem interferido historicamente na política e na gestão dos recursos hídricos dos municípios de Dr. Severiano, Encanto, Venha Ver, Cel. João Pessoa e, especialmente, São Miguel. Para tanto, além de conversas informais e diversas visitas *in loco*, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os prefeitos dos municípios de Cel. João Pessoa e São Miguel, com o ex-secretário de infraestrutura do Estado do Rio Grande do Norte e com os moradores que perderão suas casas caso a obra seja construída. Para o tratamento dos dados coletados, utilizamos a Análise de Conteúdo, método criado por Bardin (1977) e defendido por Silva & Fossá (2013). Os resultados demonstram como a Barragem Poço de Varas foi transformada politicamente na única alternativa para a solução hídrica dos municípios envolvidos no projeto, bem como as famílias Fernandes e Torquato se hegemonizaram no poder local durante esse período, tendo a barragem como carro-chefe de campanha.

*Palavras-chave:* história política; indústria da seca; gestão de recursos hídricos; oligarquias.

**ABSTRACT:** In order to overcome the problems arising from droughts in the Northeast region of Brazil, the State, throughout its history, decided to invest in the construction of hydraulic systems, especially in dams. In this sense, the present work is a case study about the centenary proposal for the construction of Poço de Varas Dam, which has been present since 1915 in the political scenario of Serra de São Miguel micro-region, in the interior of the state of Rio Grande do Norte. Thus, the objectives of this article were to analyze how the dam proposal has historically

---

interfered in the politics and management of water resources in the municipalities of Dr. Severiano, Encanto, Vem Ver, Cel. João Pessoa and, especially, São Miguel. Therefore, in addition to informal conversations and several on-site visits, semi-structured interviews were conducted with the mayors of the municipalities of Cel. João Pessoa and São Miguel, the former infrastructure secretary of the State of Rio Grande do Norte and with the residents who will lose their homes if the hydraulic systems are built. For the treatment of the collected data, we used Content Analysis, a method created by Bardin (1977) and defended by Silva and Fossá (2013). The results demonstrate how Poço de Varas Dam was politically transformed into the only alternative for the water solution of the municipalities involved in the project, as well as the sovereignty of Fernandes and Torquato families in local power during this period, with the dam as the campaign's flagship.

*Keywords:* political history; drought industry; water resources management; oligarchies.

## 1. Introdução

A história da construção de grandes barragens no semiárido brasileiro tem início em 1880, logo após a Grande Seca de 1877-1879, quando o imperador Dom Pedro II nomeou uma comissão para encontrar soluções para o problema das estiagens no Nordeste (Mello, 2011). Ressalta-se que até o século XVIII o governo exercia uma tímida atuação no que diz respeito à construção de barramentos, praticada mediante gratificação ao proprietário que construísse seu próprio açude ou barreiro (Bezerra *et al.*, 2009).

Tomando o início daquela seca como partida, Cardoso (2006) divide a intervenção estatal no Nordeste em duas fases, a primeira datada de 1877 a 1950, denominada como “Fase Hidráulica”, atuando estritamente ao combate às secas – o marco dessa concepção foi a criação de instituições como o IOCS/IFOCS/DNOCS<sup>1</sup> e a CHESF<sup>2</sup>. A segunda concepção ocorre a partir de 1950, denominada “Fa-

se Econômica”, em que se defendia a minimização dos problemas regionais por meio da reorganização e da reorientação da economia regional, levando à fundação do Banco do Nordeste e da SUDENE<sup>3</sup>.

Desse modo, ainda na “Fase Hidráulica”, surgiu no ano de 1915 a primeira intenção política de construção da Barragem Poço de Varas, no então município de São Miguel do Pau dos Ferros, no interior do Estado do Rio Grande do Norte (RN). Composto por vilas distantes, o município era integrado por quatro distritos: São Miguel, Mundo Novo, Padre Cosme e Baixo de Nazaré. Não havia açudes ou barramentos volumosos, sendo a Barragem Poço de Varas uma alternativa pretendida pelo então intendente municipal, João Pessoa de Albuquerque.

A partir daquela data, a edificação da barragem estaria marcada na história da microrregião Serra de São Miguel, não por sua construção, mas como discurso político permanente, ao se fazer presente em todas as campanhas municipais e estaduais dos

---

<sup>1</sup> A Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS) foi criada em 1909, passando dez anos depois a Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) e em 1945 para Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS).

<sup>2</sup> Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF.

<sup>3</sup> Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

grupos que se estabeleceram no poder, representados, sobretudo, pelas famílias Fernandes e Torquato.

Tomando por base a configuração atual dos municípios, localizamos geograficamente a Barragem Poço de Varas, sendo a estrutura do barramento situada no município de Cel. João Pessoa e as águas atingindo o município de São Miguel, na mesorregião Oeste Potiguar e, mais especificamente, na microrregião Serra de São Miguel, no Estado do Rio Grande do Norte (RN) (Figura 1).

A Barragem Poço de Varas, de acordo com o projeto elaborado, barrará o Riacho Encanto, popularmente conhecido como Riacho São Gonçalo, tendo sua ombreira direita nas coordenadas

geográficas de 06°16'18,23'' de latitude sul (S) e 38°28'35,29'' de longitude oeste (W); e a esquerda 06°16'14,69''S e 38°28'34,02''W, no sítio Poço de Varas, em Cel. João Pessoa, sendo que a maior parte das águas banhará os sítios São Gonçalo, Bananeiras e Linha Grande, em São Miguel. A Figura 2 representa a área aproximada a ser inundada pelas águas da barragem (Pereira & Silva, 2017).

De acordo com o Relatório Geral – elaborado em 2011 pelo DNOCS – sobre o Projeto Executivo e o Levantamento Cadastral para a construção da barragem, além dos municípios sede, o empreendimento abastecerá os municípios potiguares de Dr. Severiano, Encanto e Venha Ver, tendo capacidade

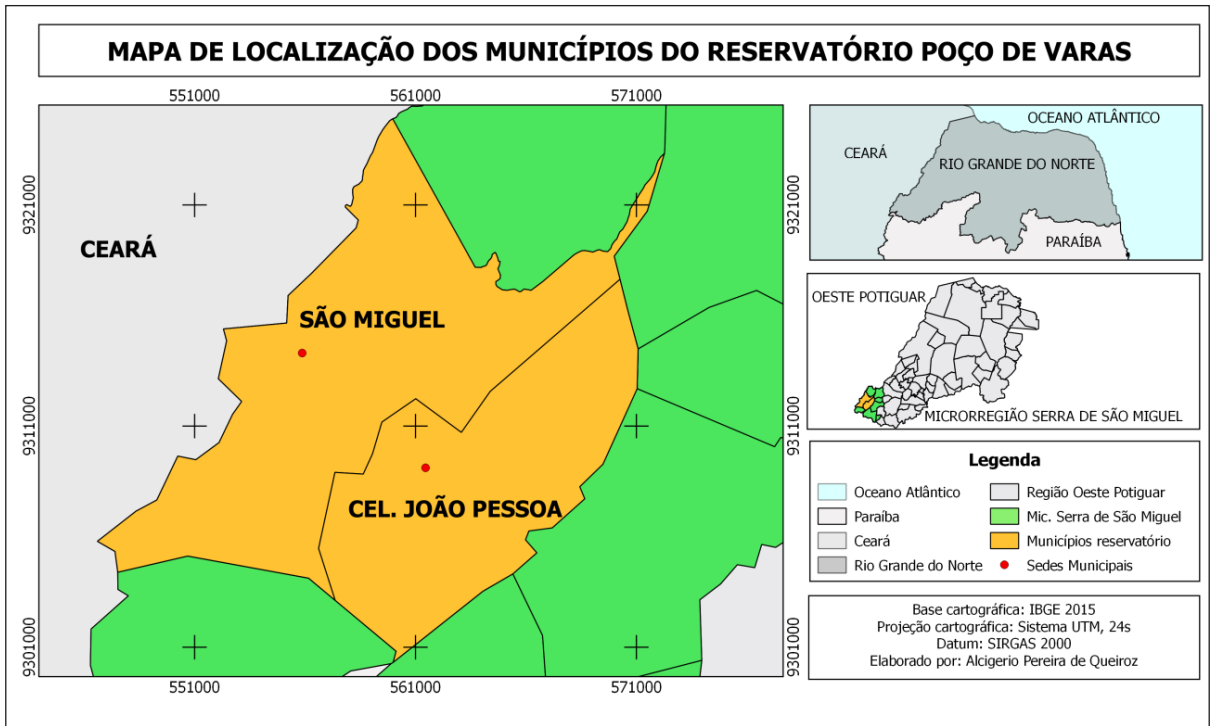


FIGURA 1 – Mapa de localização dos municípios a serem atingidos pela Barragem Poço de Varas.  
FONTE: Autoria própria.

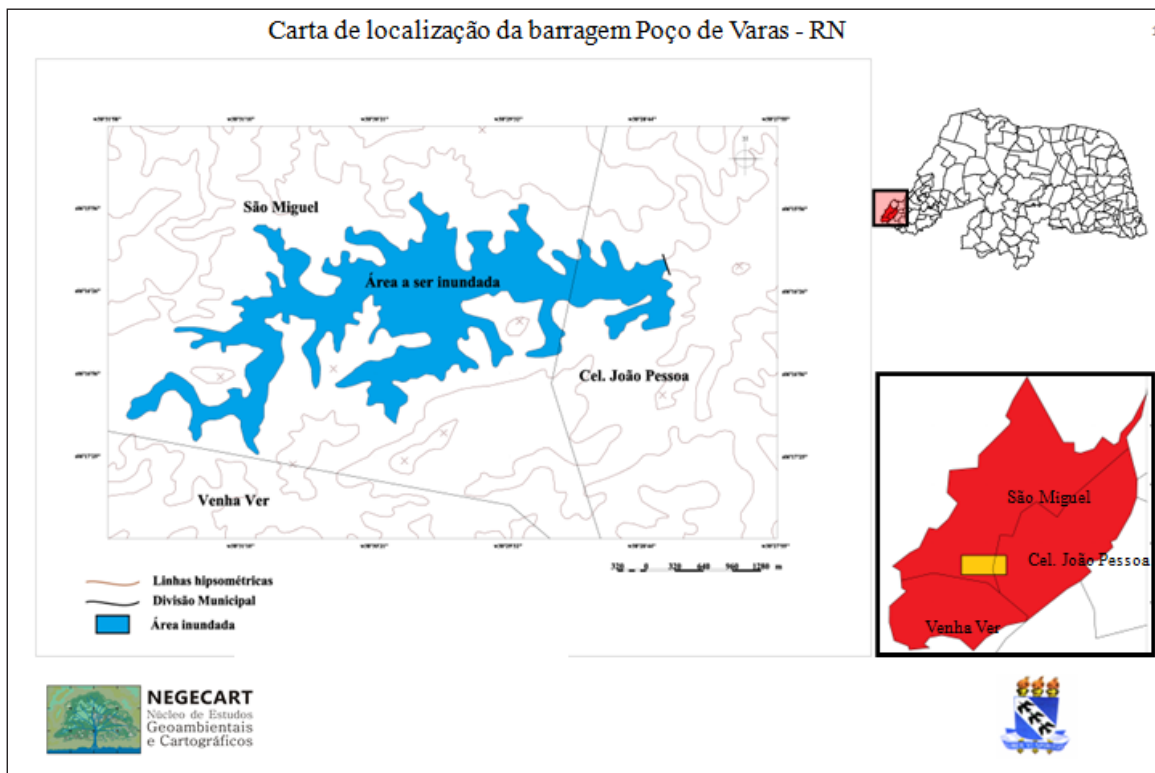


FIGURA 2 – Carta de Localização da Barragem Poço de Varas – RN.

FONTE: Artigo científico intitulado “Barragem Poço de Varas nos municípios de Coronel João Pessoa-RN e São Miguel-RN: por que não sai do papel?”, publicado no I ENANPUR Semiárido, Pau dos Ferros, 2017.

de 17 milhões de metros cúbicos de água, devendo beneficiar diretamente cerca de 50.000 pessoas (DNOCS, 2012). Seria, portanto, o maior reservatório da microrregião Serra de São Miguel e o segundo maior do Alto Oeste Potiguar, atrás apenas da Barragem de Pau dos Ferros (RN).

O objetivo central do presente estudo é contar a história política desta proposta, demonstrando seu peso nos rumos das decisões da gestão de recursos hídricos até os dias atuais. Para atingir o objetivo, procuramos elucidar as seguintes questões: 1) quais implicações o discurso da construção da Barragem

Poço de Varas provoca e provocou historicamente nas decisões político-administrativas dos municípios de Cel. João Pessoa e São Miguel, em relação à questão hídrica? 2) Quem se beneficiou com essa promessa?

## 2. Metodologia

A presente pesquisa é de abordagem qualitativa e se classifica como exploratória do ponto de vista dos seus objetivos, se tratando de um estudo de

caso acerca da Barragem Poço de Varas, sendo este produto da pesquisa de dissertação de mestrado. A coleta de dados contou com levantamento material (projeto da Barragem Poço de Varas; relatório do Tribunal de Contas da União; matérias de jornais, *blogs* e *sites*; e materiais de campanhas eleitorais) e imaterial (entrevistas semiestruturadas).

Deste modo, as entrevistas foram realizadas com moradores das comunidades que serão desapropriadas caso a barragem seja construída. Para se ter uma ideia do impacto do projeto na vida destas pessoas, constatamos que foram realizadas diversas marcações do nível da água durante o período da promessa de edificação, tendo os moradores acompanhado todo esse processo. Desse modo, foi entrevistado um grupo de pessoas que vivenciou estes procedimentos, um marco da história da barragem e da memória coletiva dos moradores mais antigos daquela comunidade rural.

Chamaremos, durante todo o texto, de “participantes da pesquisa” os dois grupos que compõem a população entrevistada, sendo eles: a) moradores idosos dos sítios São Gonçalo, Bananeiras e Linha Grande; e b) gestores públicos ligados diretamente à proposta da barragem. A amostra do primeiro grupo foi definida por dois critérios: *idade* (os entrevistados não poderiam ter menos de 60 anos) e *tempo de moradia* (tempo de moradia nas comunidades estudadas igual ou superior a 20 anos). Acreditamos que esses critérios nos aproximaram mais das experiências vivenciadas em relação à proposta da Barragem Poço de Varas. A população total dessas comunidades é de, aproximadamente, 220 pessoas, em mais de cem famílias. Contudo, apenas uma parcela destas teria suas propriedades inundadas, que seria de, aproximadamente, 70 famílias. O número de moradores foi levantado por meio dos

registros das agentes de saúde das comunidades mencionadas.

O segundo grupo de entrevistados é composto pelos prefeitos municipais das atuais gestões de Cel. João Pessoa, o Sr. Antônio Lopes, e de São Miguel, Sr. Gaudêncio Torquato. Ainda nos concedeu entrevista o ex-secretário de Infraestrutura do Estado do Rio Grande do Norte, Adalberto Pessoa. Tanto o ex-secretário (engenheiro) quanto o prefeito micalense (arquiteto) possuem forte ligação histórica com a Barragem Poço de Varas, por terem se empenhado na produção do Relatório Geral e Levantamento Cadastral do empreendimento (estes chamados, genericamente no texto, de “projeto”) e antes disto, dos ditames técnicos e de ordem política. Ressalta-se que, pela categoria específica de suas entrevistas e por questões de confidencialidade, não foram feitas citações de seus relatos.

Para o tratamento dos dados qualitativos coletados por meio dos documentos e das entrevistas, foi utilizada a técnica da Análise de Conteúdo (AC), sustida pelo pensamento de Bardin (1977), que determina a sistematização a partir de três fases: 1) pré-análise; 2) exploração do material, categorização ou codificação; e 3) tratamento dos resultados, inferências e interpretação. Assim, a história é contada com base nas inferências e interpretações desenvolvidas.

### 3. Resultados e discussões

#### 3.1. Uma proposta política centenária (1915)

Quando criada a proposta de construção da Barragem Poço de Varas, em 1915, o território do então município São Miguel do Pau dos Ferros

era composto por vilas distantes e desintegradas. A ausência de qualquer infraestrutura de estradas, calçamentos ou mesmo de planejamento de terras resultava no isolamento, no difícil acesso ao centro urbano, aos serviços públicos (na época, extremamente limitados) e ao comércio. Tais dificuldades motivaram a criação de distritos, com o propósito de melhorar as condições de infraestrutura e de serviços públicos nos povoados em crescimento.

Assim, o município de São Miguel era composto por quatro distritos: São Miguel, Mundo Novo, Padre Cosme e Baixo de Nazaré, atuais municípios de São Miguel, Dr. Severiano, Venha Ver e Cel. João Pessoa, respectivamente. O último citado, juntamente com São Miguel, divide o terreno de localização da Barragem Poço de Varas, no projeto oficial do DNOCS. O Riacho Encanto, popularmente conhecido como Riacho São Gonçalo – aquele a ser barrado pela obra –, abastece o açude do município de Encanto, sendo o primeiro açude relevante a verter, nos períodos de maior pluviosidade, dentre todos da microrregião Serra de São Miguel. Neste sentido, perderiam os encantenses o privilégio de terem condições hídricas potencialmente favoráveis, pois o barramento resultaria na perda da principal fonte de abastecimento, razão pela qual o município não poderia deixar de ser contemplado no projeto.

Se por um lado a abrangência de cidades contempladas e as riquezas potenciais provenientes do empreendimento, elevando a importância econômica da microrregião, comprovam a exequibilidade da barragem, por outro lado existe um fator crucial, apontado pelos diversos sujeitos da pesquisa como preponderante para a não proclividade do projeto: o fator político. Nenhuma categoria de sujeitos da pesquisa deixou de fazer contas, mesmo que sem

revelar ou ter a real ideia dos resultados: os moradores diretamente envolvidos pela obra mediam a dimensão dos terrenos que perderiam pela inundação, ao tempo em que especulavam a valorização dos demais que não seriam encobertos e, também, do valor das indenizações prometidas. Os grupos políticos estadual e local calculavam o valor da obra pelo número de votos que lhes conferiam através do empreendimento. Este pode ser o principal motivo de sua não concretude, porém, os múltiplos interesses e as diferenças de poder dentre os agentes políticos se constituem como elementos-chave para a compreensão do tema, tendo, portanto, de ser detalhados no decorrer do texto.

Pela ordem, o primeiro líder político a idealizar e solicitar a Barragem Poço de Varas ao governo estadual foi o intendente municipal João Pessoa de Albuquerque, conhecido como coronel João Pessoa, ou, ainda, como João Leite. Em 1911, João Leite recebe a chefia política do município. A gerência municipal portando o título de intendente durou até 1924, passando a ser no ano seguinte o primeiro prefeito eleito pelo voto popular. Como prefeito, seu mandato durou até 1928, ocasião de seu falecimento (Lopes *et al.*, 2018).

Antes de se eleger prefeito, por reconhecimento dos serviços prestados, o intendente recebe o título de coronel. Em 1925, como prefeito, sofreu forte pressão política, por ocasião do episódio marcante da história micalense, a passagem da Coluna Prestes (Silva, 1992).

O livro *Os revoltosos em São Miguel*, do professor Raimundo Nonato, que trata de contar a passagem da Coluna Prestes pelo município, menciona os anseios das comunidades quanto às questões de abastecimento hídrico. Como consta, em 1966 (ano da publicação) a Barragem Poço de



---

Varas já era considerada uma solução para o abastecimento local.

A criação do Município em 1876 e um ano antes (1875) a da Freguezia mostram o desenvolvimento econômico e social de S. Miguel. E na primeira década deste século já havia mais de sessenta barragens particulares. Em 1915 foi construído o açude “Pessoa”, mas é a barragem “Poço de Varas”, projetada em toda a sua amplitude, que favorecerá extensa região do município (Nonato, 1966, p. 24).

Os participantes da pesquisa relatam as formações de pequenos barramentos particulares pela região, com a finalidade de aproveitar os cursos dos riachos serranos. Contudo, as condicionantes impostas pelo clima semiárido sempre reduziram a poucos meses o volume de água armazenado.

Assim, devido ao aumento da demanda hídrica pelo crescimento da população, a Lagoa de São Miguel, os pequenos barramentos e o conjunto de cacimbas e cacimbões não eram mais suficientes ao abastecimento humano e animal, motivando o intendente solicitar, junto ao governo estadual, a resolução do problema de forma final a partir da edificação da Barragem Poço de Varas. Contudo, pelo valor considerado elevado da obra e pela necessidade de minuciosos estudos técnicos, a barragem foi descartada naquele momento, fazendo com que João Pessoa concentrasse seus esforços numa obra bem menor, mais viável financeiramente e com exigência de poucos estudos técnicos: o Açude Pessoa.

Para aumento do drama regional, assola o semiárido brasileiro a grande seca de 1915, aquela que levou o ano no título do livro *O quinze*, da escritora Rachel de Queiroz. Segundo a autora, o desemprego, o desengano da espera por dias melhores e a falta de alternativas de resistência obrigam

o vaqueiro Chico Bento e sua família partirem a pé de Quixadá, no Ceará, para a capital do estado, Fortaleza.

Seca daquela magnitude só havia ocorrido nos três anos finais da década de 1870, a maior do século XIX, que dizimou grande parte da população nordestina, levando à morte mais de meio milhão de pessoas, 5% da população brasileira, dando o título ao Nordeste – na época chamado de Norte – de Região-Problema (Villa, 2000).

A ausência de interesse federativo em transformar estruturalmente o Nordeste perdurou-se até o governo provisório do presidente Nilo Peçanha (1909-1910), quando criou a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) – primeiro órgão federal de combate às secas – com o intuito de aprofundar os estudos acerca da região (Mello, 2011).

Assim, a IOCS iniciou a construção de açudes de pequeno, médio e grande portes, prosseguindo com a primeira grande fase de intervenções governamentais no Nordeste, iniciada em 1877: a fase de intervenção hidráulica (Cardoso, 2006). A priorização da política de reservatórios é justificada pelo entendimento de ser a água um bem civilizatório que possibilitava a permanência do homem no sertão.

Contudo, motivados pela seca de 1915, os pedidos de socorro dos governadores nordestinos ao presidente da época, Venceslau Braz (1914-1918), surtiram poucos efeitos. Ex-governador de Minas Gerais, Braz era fruto de um grande acordo político que o elevaria ao cargo máximo da nação, comprometido com a restauração da “política do café com leite”, interrompida pelo presidente anterior, Hermes da Fonseca (1910-1914). Com isso, novamente se concentra o poder na “dobradinha” São Paulo-Minas Gerais, período que durou até o fim da República Velha, em 1930 (Villa, 2000).

Tal configuração política obstruiu o caráter técnico da IOCS. Para Bursztyn (2008), as grandes obras hidráulicas se conformam como o instrumento basilar à continuação da reciprocidade típica do “compromisso coronelista”. Com o fim do período imperial, os coronéis deixaram de receber o poder de mando diretamente do imperador; então, foi por meio da “concessão” econômica do Estado que o grupo assegurou sua hegemonia. Desse modo, as decisões quanto à distribuição geográfica dos reservatórios, por regra, não levavam em conta o caráter técnico. A influência dos poderosos dirigentes políticos do Nordeste determinava para onde se destinariam os reservatórios, seguindo interesses escusos e eleitoreiros.

Desta maneira, os açudes costumavam ser construídos em propriedades de latifundiários, políticos locais ou pessoas de grande influência, pois a decisão sobre a quem seria destinado o recurso era traduzida em número de votos. Seguindo a lógica, os investimentos financeiros nos municípios mais distantes da capital do estado seriam por demais dispendiosos, ficando inviável a edificação da Barragem Poço de Varas.

De acordo com o IBGE<sup>4</sup>, a população de São Miguel no ano de 1920 era de 8.455 habitantes. Naquela época, pelo fato de a maior parcela da população estar distribuída na zona rural e também pela distância de algumas vilas relativamente populosas, o Açude Pessoa (que recebera este nome em homenagem ao coronel João Pessoa de Albuquerque) serviria para abastecer prioritariamente o

centro urbano, que não deveria passar de 850 habitantes naquela época, tendo em vista que no censo de 1940<sup>5</sup> as populações urbana e suburbana somadas contabilizaram apenas 884 habitantes. Desse modo, o Açude Pessoa, que intercepta as águas do Riacho Bela Vista, localizado contiguamente à Lagoa de São Miguel, fora iniciado em 1911, sendo concluído em 1916 pela IOCS, na gestão do prefeito Antônio Rodrigues de Freitas Carvalho.

Neste sentido, mesmo com as condições de saneamento hídrico tendo melhorado, poucos anos depois o açude se mostra insuficiente, pois a variação volumétrica das chuvas obrigava comunidades rurais inteiras a retirarem água dele. Assim, passados poucos anos, retorna a proposta da Barragem Poço de Varas como solução definitiva da problemática, pois já se pensava naquela época em um reservatório capaz de contemplar não só a cidade, mas toda a zona rural.

### 3.2. *Açude Bonito II: “solução” imediata (década de 1950)*

Sem os resultados esperados e os serviços da IOCS parados, o órgão foi mudado para IFOCS em 1919, em vigência da presidência de Epitácio Pessoa, durante mais uma seca que duraria três anos, 1919-1921 (Oliveira, 1981). Permanecendo a estrutura política dominante, o IFOCS se apodera ainda mais fortemente da “indústria da seca”, termo criado anos depois para definir o uso da seca como estratégia de exploração da miséria pelas oligarquias nordestinas.

<sup>4</sup> Censo Demográfico de 1920, publicado em forma de livro em 1929. (IBGE, 1929).

<sup>5</sup> O censo de 1920 não propôs dividir a população entre zonas rurais e urbanas. O censo que deveria ser realizado em 1930, por força do Decreto-lei nº 5.730, de 15 de outubro de 1929, para o quinto recenseamento geral da população, não foi executado, sobretudo por razões de ordem política.



No final do primeiro governo de Getúlio Vargas, em 1945, o IFOCS tem seu nome mudado para Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), mantendo a premissa basilar de combater as secas e promover a redução das desigualdades regionais. Porém, o órgão se manteve subordinado aos interesses dos latifundiários, garantindo a perpetuação dos coronéis regionais. Igualmente, para Oliveira (1981), os resultados deste mecanismo foram a expansão e a hegemonia capitalista do Centro-Sul e a imobilização do Nordeste, que tinha suas elites satisfeitas com as benesses particulares trazidas pelas obras, aprofundando as disparidades regionais e entre as classes sociais.

Porquanto, segundo Villa (2000), quando em seu primeiro governo Getúlio Vargas prioriza a salvação dos coronéis de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais da crise do café, destinando vultosas quantias em dinheiro, ele acentua as disparidades regionais em benefício do Sudeste, enquanto deixa a cargo de seus aliados nordestinos a alocação dos recursos do DNOCS. Sob o regime centralista, muitos interventores e intendentess nordestinos fiéis a Vargas, além de acumular capitais, tornar-se-iam os donos dos currais eleitorais constituídos pelas classes sociais espoliadas.

Neste contexto, muitos municípios pequenos do interior apresentavam crescimento populacional importante, tendo como consequência o aumento na demanda de recursos hídricos. Em São Miguel, com a população saltando de 8.455 em 1920 para 15.720 em 1950<sup>6</sup>, o Açude do Governo não dava conta de suprir a demanda micalense, exigindo da liderança local a construção de novo reservatório.

Numa nova conjuntura, em virtude da re-democratização do país (1930-1945), assume o cargo de primeiro prefeito de São Miguel eleito constitucionalmente Hesíquio Fernandes de Sá, em 1948. Já havendo sido prefeito por curto período (1945-1946), mediante nomeação, o mesmo seria eleito para mais um mandato, em 1958. Assim, compondo os discursos do prefeito, a barragem não foi concretizada, mas a proposta faria parte do cenário político em definitivo, sendo transmitida como por hereditariedade, ligada à imagem das oligarquias em formação que viriam a dominar o campo político.

Sendo assim, levantou-se uma alternativa mais viável naquele momento: a construção do Açude Bonito II, localizado no sítio Bonito. Embora não dispondo de rios ou riachos volumosos que o alimentassem, o Açude Bonito II atendeu de forma proeminente a finalidade da época. Com capacidade de 10 milhões de metros cúbicos, o barramento de tipo terra compactada (seções homogêneas) foi iniciado em 1953 e concluído em 1955 (DNOCS, 2018).

As condições naturais para a empreitada eram potencialmente favoráveis, pois a região seria resquício de um antigo manancial natural. Encrustado na Serra do Camará – no Planalto da Borborema –, com altitude superior a 700 metros, as qualidades atípicas da área favoreceram a execução de uma obra. Segundo colaboradores da pesquisa, no século XVIII, em meados de 1700 – em vigência do regime de sesmarias – já se mencionava a existência de olho d'água naquela região.

Assim, divergindo da maioria dos casos em que o afloramento do lençol freático se dá em áreas

<sup>6</sup> IBGE, Censo Demográfico de 1920, publicado em 1956. (IBGE, 1956).

planas e brejosas, a *nascente de falha* se origina da alimentação de água subterrânea, que sobe por uma falha<sup>7</sup> (Guerra & Guerra, 2001). Essa hipótese tem como indício empírico a grande quantidade de poços artesanais e semiartesianos perfurados naquela zona rural, com água considerada de boa a ótima qualidade para consumo.

Assim, o Açude Bonito II foi iniciado ainda na administração de Hesíquio Fernandes, sendo concluído na gestão do prefeito José Torquato de Figueiredo. Na época, com a finalidade de convencer os proprietários das terras que o açude ocuparia, foi prometido indenizá-los, contudo, a ação nunca fora concretizada.

### 3.3. As oligarquias e a Barragem Poço de Varas (1960)

Cada vez mais populosos, os distritos Mundo Novo, Padre Cosme e Baixio de Nazaré foram se expandindo e ganhando autonomia quanto à cidade micaelense, até que na década de 1960 iniciam as emancipações políticas: o distrito de Baixio de Nazaré passa a ser município de Cel. João Pessoa e Mundo Novo ganha autonomia com o nome de Doutor Severiano. Em 1963, foi criado o distrito de Padre Cosme, sendo emancipado em 1992 com o nome de Venha Ver. Desde então, São Miguel possui a delimitação territorial atual, permanecendo apenas com o distrito sede<sup>8</sup>.

O processo de emancipação de municípios potiguares entre as décadas de 1950 e 1970 foi in-

tenso, passando de 48 para 83 na primeira década e saltando para 150 na segunda<sup>9</sup>. Para além das dificuldades supramencionadas, um fator histórico importante ajuda a compreender este processo, que se generalizou no país. A década de 1950 marcou o período da urbanização brasileira, tendo como símbolo máximo deste processo a construção de Brasília. A política econômica nacional-desenvolvimentista – que propunha tornar o Brasil uma potência industrial –, germinada no segundo governo Vargas (1951-1954), tem seu auge no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), com seu “Plano de Metas”, equacionado popularmente em seu *slogan* de campanha, que prometia um crescimento de “50 anos em 5”.

Apropriando-se do discurso de JK e aproveitando a onda industrialista do país, ascende no imaginário político como símbolo de modernização, responsável pelo salto para o futuro, o eleito governador do RN em 1960, Aluizio Alves. A criação da SUDENE em 1959 e o diagnóstico do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) se configuram como os elementos ideais para a nova roupagem de antigos oligarcas nordestinos: Miguel Arraes, em Pernambuco, e Aluizio Alves, no Rio Grande do Norte, se destacaram pela incorporação do projeto representado por JK (Felipe, 2010).

As estratégias adotadas por Aluizio Alves marcaram uma nova forma de se fazer campanha no RN, o *marketing* político ganha notoriedade, se expressando nos comícios, nos *jingles*, nos discursos

<sup>7</sup> Conceito retirado do Novo Dicionário Geológico-Geomorfológico, página 444.

<sup>8</sup> A história do município de São Miguel está disponível no *site* oficial da prefeitura municipal do mesmo.

<sup>9</sup> Dados coletados no *site* IBGE: Séries Históricas e Estatísticas. (IBGE, 2018).

sos, nas músicas e no envolvimento com as massas populares. Assim, o sofrimento dos potiguares como consequência das estiagens cíclicas seria superado por um projeto de infraestrutura hídrica e o protagonismo da pobreza estaria condenado pela industrialização, geradora de empregos e riqueza, símbolo das cidades modernas.

Acompanhando a modernização do setor energético e de comunicações pelo qual o país passava, foram criadas no governo de Aluizio Alves a Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte (COSERN), a Companhia Telefônica do Rio Grande do Norte (TELERN) e, também, a Companhia de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte (CODERN), esta última encarregada de planejar o desenvolvimento, tendo como influência as ideias do economista Celso Furtado.

Mesmo com a criação de órgãos estaduais que representassem a modernização, o plano nacional-desenvolvimentista de JK incentivou uma intensa concentração financeira nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, por meio do crescimento das capitais São Paulo e Rio de Janeiro e da construção de Brasília (Araújo, 2014). Destarte, o poder político do Sudeste garantiu a sustentação do governo de Juscelino e trabalhou para a manutenção de sua imagem populista (Souza, 2009). Enquanto isso, no campo da infraestrutura hídrica, ficava o Nordeste registrado pela indústria da seca.

Muitos açudes foram implantados no governo de Aluizio Alves, priorizando – quase como pré-condição – as propriedades dos latifundiários, quando não políticos consagrados, coronéis ligados

a eles ou, ainda, no mais nobre dos casos, aliados locais. Esse *modus operandi* se consolidou na região e permanece até os dias atuais, tendo modernizado algumas práticas com o passar dos anos, mas continuando com sua essência.

A marca mais impressionante do governo de Aluizio Alves (1961-1966) foi seu empenho em criar municípios. Foram aproximadamente 70 municípios sancionados durante seu governo; apenas na microrregião Serra de São Miguel, dos nove municípios atuais, foram sete, antes deles existindo apenas São Miguel (sancionado em 11/12/1876) e Luiz Gomes (sancionado em 05/07/1890)<sup>10</sup>.

Nesta perspectiva, a emancipação de municípios fazia parte de sua estratégia de governo, pois sua força política resultaria na vitória dos prefeitos apoiados por ele nos novos municípios. Desse modo, sua popularidade estaria garantida por todo o Rio Grande do Norte, em especial, na microrregião Serra de São Miguel. Em Cel. João Pessoa, é nomeado Gentil Januário de Lima primeiro prefeito municipal em 1964; dois anos depois ocorre a primeira eleição, saindo vitorioso Nivaldo Moreno Pinheiro. Em 1963, vence a eleição municipal em São Miguel o médico José Torquato de Figueiredo, sobrenome que iria se perpetuar na política até os dias atuais.

A preocupação em elaborar um diagnóstico conclusivo dos problemas nordestinos e propor soluções definitivas para seu desenvolvimento, por intermédio do GTDN, e criar um banco específico para a região, Banco do Nordeste do Brasil (BNB), foram medidas drasticamente obstruídas pelo regi-

<sup>10</sup> Municípios da microrregião Serra de São Miguel com as datas da sanção: Água Nova (27/12/1963), Cel. João Pessoa (19/12/1963), Dr. Severiano (10/05/1963), Encanto (20/03/1963), Luiz Gomes (05/07/1890), Major Sales (26/06/1992), Riacho de Santana (10/05/1962) e Venha Ver (26/06/1992).

me militar de 1964. Todos estes órgãos de caráter federal tiveram suas equipes técnicas trocadas por militares, interrompendo importantes projetos em andamento, demitindo pessoal capacitado e com expressiva experiência, além de tirar autonomia das agências federais, subordinando-as à lógica militar (Oliveira, 1981; Villa, 2000).

No Rio Grande do Norte, o então governador Aluizio Alves e seu antecessor no cargo, Dinarte Mariz<sup>11</sup>, se afirmaram no estado como chefes do movimento militar de 31 de março. Antigos opositores, a reforma de 1965 que implantou o bipartidarismo fez as duas figuras migrarem para a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), deixando o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) politicamente frágil, diante da menor expressividade de seus líderes no estado (Ribeiro, 1999). Desta feita, a ARENA foi subdividida em grupos internos de poder, um deles liderado por Aluizio Alves, que apoiou o até então senador Walfredo Gurgel, que venceu a eleição de 1965 para o governo, e outro grupo chefiado pelo rival Dinarte Mariz, que perdera aquela eleição. Este ponto da história marca um movimento muito importante no estado: a supremacia da família Alves, que se perpetuaria no poder até a atualidade.

Explica Martins (1994) que o poder das tradições oligárquicas não foi abalado mesmo com vigência de mais de duas décadas de regime militar, que historicamente se opunha a elas. O antagonismo transformou-se em conciliação, conferindo ainda mais poder e legitimidade às práticas clientelistas e oligárquicas.

De tal modo, enquanto se perpetuavam as “dinastias” Alves e Maia (como veremos à frente) no estado, no âmbito municipal micalense revezam-se

no poder as famílias Fernandes e Torquato, como já visto, iniciado o comando do executivo em 1945, com Hesiquio Fernandes de Sá (Tabela 1).

TABELA 1 – Prefeitos do município de São Miguel de 1945 a 2018.

NOME	PERÍODO	
	INÍCIO	FIM
Hesiquio Fernandes de Sá	1945	1946
José Avelino Pinheiro	1947	1948
Hesiquio Fernandes de Sá	1948	1952
José Torquato de Figueiredo	1953	1957
Hesiquio Fernandes de Sá	1958	1962
José Torquato de Figueiredo	1963	1968
Ethevaldo Ferreira de Aquino	1969	1972
José Torquato de Figueiredo	1973	1976
Raimundo Nonato Pessoa Fernandes	1977	1981
Miguel Félix da Silva	1982*	
Maria de Lourdes Diógenes Torquato	1983	1988
Sebastião Hesiquio Pessoa Fernandes	1989	1992
Acácio da Silva Campos	1993	1996
Dario Vieira de Almeida	1997	2000
Dario Vieira de Almeida	2001	2004
José Galeno Diógenes Torquato	2005	2008
José Galeno Diógenes Torquato	2009	2012
Dario Vieira de Almeida	2013	2016
José Gaudêncio Diógenes Torquato	2017	

FONTE: Adaptada de Lopes *et al.*, (2018, p. 12-13).

\* Com o afastamento do prefeito Raimundo Nonato Pessoa Fernandes, assume o seu vice Miguel Félix da Silva para o fim do mandato em 1982.

Do mesmo modo que o cargo executivo municipal, a proposta de edificação da barragem foi repassada a cada campanha pelos Fernandes e os Torquato até a vigência atual do prefeito José Gaudêncio. No âmbito do legislativo estadual, estão no exercício dos cargos os deputados Galeno Torquato e Raimundo Fernandes. Neste período de liderança política, deno-

<sup>11</sup> Governador entre 1956 e 1961, filiado à Arena.

tam-se diversos episódios quanto a direcionamentos políticos para a edificação da barragem.

Recebendo a herança política de seu pai, Hésiquio Fernandes, o prefeito micaelense Raimundo Fernandes, entre 1977 e 1981, empregou como propósito de governo a construção da barragem. O intento não foi bem-sucedido, diante das prioridades outras por parte do governador nomeado da época, Tarcísio Maia. Aquele período marcaria a influência da família Maia no Rio Grande do Norte – esta já com poder consolidado no estado de origem, a Paraíba.

Em todo esse período de dominação política não faltaram palanques para os Alves e os Maia nos municípios da “tromba do elefante” (alusão ao formato do estado do Rio Grande do Norte, que se assemelha ao mamífero proboscídeo), assim como não faltaram promessas e garantias de que a Barragem Poço de Varas era compromisso de campanha. Em 1982, durante o primeiro mandato de José Agripino Maia como governador, Raimundo Fernandes se elegeu deputado estadual pela primeira vez. Do ponto de vista eleitoral, o agora deputado fez carreira excepcional na política, vencendo todas as eleições que se seguiram como deputado estadual, a última sendo a de outubro de 2018, devendo chegar assim, após o término deste, a quatro décadas de mandatos ininterruptos.

Desse modo, a história da proposta da barragem caminha indissociavelmente da história política dos municípios de Cel. João Pessoa e, principalmente, de São Miguel, pois pela sua história de integração de distritos, por ser mais populoso que os vizinhos, pela sua maior necessidade hídrica natural e por se destacar em nível estadual pelos seus representantes políticos, São Miguel se apresenta como protagonista histórico da proposta da Barragem Poço de Varas.

### *3.4. Projeto recente da Barragem Poço de Varas (2000-2013)*

A primeira década do século 21 foi um recorte de tempo de quase trégua das secas no Nordeste. No Rio Grande do Norte, apenas 2001 e 2005 tiveram quedas no quadro de chuvas, não representando maiores problemas de abastecimento. Nesse cenário, houve certa cessação quanto a cobranças populares voltadas à autossuficiência hídrica da Microrregião Serra de São Miguel, tendo o Açude Bonito II vertido várias vezes. Ainda assim, a campanha municipal de 2004, em que acabara se elegendo o médico Galeno Torquato, não abandonou a proposta da Barragem Poço de Varas, tendo o novo prefeito herdado de seu pai, José Torquato, a vontade de implantá-la.

Em meados de 2007, conhecendo a alegação insistente dos governadores de que não existia projeto executivo e que estudos técnicos realizados por volta da década de 1920 haviam concluído que a rocha do local do barramento não tinha suporte de carga suficiente para receber o peso das águas à montante, o então secretário de infraestrutura do Estado do Rio Grande do Norte, Adalberto Pessoa, decide produzir o projeto base da Barragem Poço de Varas.

Nos idos de 2008 e 2009, o então prefeito Galeno Torquato, tendo sido reeleito, compunha o mesmo grupo político do deputado estadual Raimundo Fernandes e, assim, buscaram tocar o projeto mediante a aglutinação de forças com representantes federais. Para tanto, era preciso apresentar um projeto concreto e viável financeiramente. Então, de acordo com relatos dos participantes da pesquisa, o projeto da Barragem Poço de Varas foi sendo

adequado para tornar-se possível, passando assim de 40 milhões de metros cúbicos de capacidade em sua concepção inicial para 30 milhões de metros cúbicos num segundo momento e, finalmente, para o montante atual de 17 milhões de metros cúbicos de capacidade.

Dessa iniciativa, apresentada pelo deputado federal Fábio Farias, fora anunciada uma vontade coletiva por parte dos deputados federais e senadores em destinar uma emenda de bancada para finalmente ser efetivada a obra. Seria, portanto, da ordem de 19 milhões de reais, exato valor orçado no projeto. Porém, mesmo sendo euforicamente divulgado por Galeno e seu grupo político, não foi empregado recurso algum. Posteriormente, a justificativa aponta para uma “realocação” do valor, não ficando clara a destinação.

Em 2010, intensificaram-se as movimentações acerca do projeto de adutoras no Alto Oeste Potiguar. Foi um período de muita articulação entre os prefeitos potiguares e o governo do estado, que houvera naquele período assumido a necessidade da obra. Pretendiam-se implantar dois sistemas independentes de captação, um tendo como fonte o Açude de Pau dos Ferros e o outro a Barragem de Santa Cruz, no Apodi (RN). Além de questões técnicas e orçamentárias, os municípios a serem atendidos não estavam predefinidos, mobilizando grupos políticos e discussões sobre alternativas que melhor atendessem aos múltiplos interesses e necessidades. Neste sentido, ainda que sem consenso entre as lideranças locais, prevaleceu nos municípios serranos (da Serra de São Miguel) a proposta de construção da Barragem Poço de Varas, sob forte insistência de Galeno Torquato.

Nos idos de 2010 e 2011, após a realocação da emenda de bancada, o Prefeito Galeno e seu irmão, o

engenheiro Gaudêncio Torquato, decidiram retomar o antigo caminho, retornando à sede do DNOCS, em Fortaleza, para entregar o projeto base ao presidente do órgão, Elias Fernandes.

Para tanto, os irmãos formaram uma comitiva composta pelo ex-secretário de infraestrutura do estado, Adalberto Pessoa; pelo empresário micalense do ramo industrial de café (um dos proprietários do Grupo 3 Corações), Pedro Alcântara de Lima; e pelo cantor cearense Raimundo Fagner. Na ocasião, Elias Fernandes se comprometeu inteiramente com o projeto apresentado. Em vistas do término de seu mandato como prefeito, Galeno já se preparava para o pleito legislativo estadual.

Em julho de 2011, assessores e engenheiros do DNOCS visitaram o local da edificação e comprovaram a evolução dos trabalhos topográficos e geotécnicos realizados em campo pela empresa contratada pela Secretaria de Infraestrutura do Rio Grande do Norte para elaborar o projeto executivo da obra. Os estudos definiram a expansão das águas da barragem, sendo marcado nos postes, nas árvores e nas rochas o nível da água, demarcando, assim, as propriedades a serem inundadas e as residências a serem desocupadas. Seria declarado, portanto, o deslocamento definitivo e compulsório dos residentes das comunidades rurais, assim que as obras comesçassem.

Segundo os participantes da pesquisa, mediram o tamanho das casas, assinalaram os currais de gado, contabilizaram as árvores e plantas frutíferas dos terreiros e quintais, anotaram os nomes dos proprietários de engenhos e, em seguida, prometeram que todos estes bens seriam avaliados e indenizados devidamente. Contudo, não foi apresentada a metodologia e nem um quadro sobre os valores das indenizações, em consonância com os moradores;



foi dito apenas que seriam construídas residências e formar-se-iam comunidades novamente.

Aguardando o aproximar do que parecia ser o fim do desfecho, os moradores viram terminar o mandato de Galeno como prefeito e sua preparação para lançar-se candidato a deputado estadual e, novamente, a obra passou adiante como promessa política. A soma dos esforços outrora garantidos entre Galeno e o deputado Raimundo Fernandes para a efetivação da obra terminou em rompimento e início de uma rivalidade duradoura, pois o reduto eleitoral agora seria disputado entre os dois.

No meio político, para que haja uma confluência de interesses que por natureza são dispersos ou díspares, é necessária a criação de um fenômeno que transcenda rivalidades, este formulado por um conjunto articulado de vontades sociais organizadas, capaz de obrigar grupos políticos antagônicos a compartilharem de um mesmo objetivo, por meio da pressão e do medo de verem decair seu capital político. Assim sendo, foi esta fórmula que faltou à “tromba do elefante” e que se fez presente na região do Seridó potiguar.

Em 2013, o início da implantação da Barragem de Oiticica teve ordem de serviço assinada. Esta foi uma das prioridades elencadas pela bancada federal do RN. De grande importância à região do Seridó Potiguar, o barramento no município de Jucurutu deverá beneficiar 500 mil pessoas, em 17 municípios. Inicialmente, a obra foi orçada em 311 milhões e deverá ultrapassar 415 milhões de reais ao término<sup>12</sup>.

Em número de beneficiados, a barragem em Jucurutu atingirá diretamente dez vezes mais do que atenderia a de Cel. João Pessoa e São Miguel. Na proporção em dinheiro, Oiticica custa quase 21 vezes o valor de Poço de Varas. Porém, dada a cultura de aumentos orçamentários no decorrer das obras públicas, e no caso específico das falhas no orçamento do projeto da Barragem Poço de Varas apontadas pelo TCU (TCU, 2011), o valor de 19 milhões do projeto tende a ser acrescido. É importante frisar que não se trata de comparar a importância de obras, mas de considerar a tese de que a Barragem Poço de Varas não tem valores elevados comparativamente.

Adiante, não contemplando os municípios do projeto de Poço de Varas, a Adutora do Alto Oeste teve obra iniciada em 2013, recebendo maiores atenções governamentais. A captação neste momento seria exclusiva da Barragem de Santa Cruz, tendo em vista que o outro fornecedor estava praticamente vazio, o Açude de Pau dos Ferros. Conclusa, a adutora interliga 26 municípios do Alto Oeste. De acordo com a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH), a obra custou mais de 140 milhões de reais<sup>13</sup>.

Assim, considerando que as lideranças políticas optaram continuamente pela Barragem Poço de Varas, esta se impõe na tomada de decisões do eleitor, pois, sentindo o sofrimento causado pelas secas, agarra-se à exclusiva proposta apresentada. Muito além de um projeto, ela foi transformada na única saída.

<sup>12</sup> Matéria do G1 “Solução para a seca no Seridó potiguar, barragem de Oiticica vai custar e demorar mais para ficar pronta”, publicada em 22 de junho de 2017. (G1-RN, 2017).

<sup>13</sup> Blog Sociedade Ativa. Título da matéria “Adutora do Alto Oeste é concluída; equipamento entra em fase de testes”, publicada em 12 de julho de 2016.

Após dois mandatos no executivo municipal de São Miguel, Galeno Torquato foi eleito deputado, em 2014. Para a prefeitura municipal, apoiou o ex-prefeito Dario Vieira de Almeida, sendo eleito, assumindo o cargo em 2013. Ambas as campanhas incluíram em seu portfólio o compromisso capital de implantar a Barragem Poço de Varas.

Entre receios e esperanças, a comunidade decidiu acreditar na possibilidade de realização da obra, ao mesmo tempo que tentava se alertar rememorando antigas frustrações, a fim de evitar novas decepções. Assim, na escala entre esperança e otimismo, assentaram-se emocionalmente as comunidades que seriam desapropriadas. Igualmente como se preparavam para deixar suas casas, as pessoas buscavam não abalar ainda mais a territorialidade, os afetos com o lugar, as relações comunitárias.

O *blog*<sup>14</sup> e o perfil no Facebook<sup>15</sup> criados para tratar do assunto, as rádios locais, o tema das conversas nas ruas, as discussões em audiências públicas, as abordagens em ambientes acadêmicos, os discursos políticos e as ações direcionadas à edificação da obra impuseram às comunidades modificar suas relações materiais e afetivas com o território. A cada notícia, uma perspectiva. Assim, as reuniões de deputados federais e estaduais, secretários, governadores, prefeitos, empresários e até artistas de renome nacional são registradas em grande número por meio de *blogs* e *sites*. Este conjunto de eventos (Tabela 2) alimenta o sentimento angustiante em que vivem até o hoje os moradores dos sítios São Gonçalo, Bananeiras e Linha Grande.

A Tabela 2 expõe uma amostra das reuniões e eventos recentes que tiveram como tema a Barragem Poço de Varas.

Portanto, a sequência de ações políticas e populares ajuda a clarear as razões de ser das perspectivas, justificando em grande medida as tensões emocionais, o processo de desenraizamento com o lugar e a decisão de não alocar investimentos particulares em suas propriedades. Além das relações territoriais das comunidades atingidas pela proposta, o apego político ao projeto interferiu em diversos momentos nas tomadas de decisões quanto ao planejamento hídrico microrregional e em nível municipal nos últimos seis anos, período marcado por sucessivas secas, resultando em colapso hídrico.

Desde janeiro de 2013 a população rural de São Miguel não recebe água pelo sistema tubular de abastecimento, ou seja, mais de 7.600 habitantes, segundo o censo de 2010, do IBGE. Este número representa 35% da população municipal. No mesmo período, foi intensificado o racionamento na zona urbana. Desta forma, as comunidades rurais passaram a ser abastecidas pela Operação Carro-Pipa, do Exército.

Tendo devastado a produção agrícola, o estado de emergência decretado em 2013 fomentou a crise econômica. Com pouca oferta e alta nos preços, a forte tradição agrícola de São Miguel sofreu uma grande queda, impedindo até mesmo que agricultores familiares pagassem seus empréstimos junto ao Banco do Nordeste. São Miguel figura entre os quatorze primeiros municípios do estado a serem

<sup>14</sup> *Blog* “Poço de Varas”, criado em fevereiro de 2015 por Jair Alves Cordeiro com o objetivo principal de divulgar informações sobre a Barragem Poço de Varas.

<sup>15</sup> Perfil no Facebook criado em junho de 2015 para divulgar informações e promover discussões sobre a construção da Barragem Poço de Varas.

TABELA 2 – Eventos e reuniões sobre o tema da Barragem Poço de Varas.

Mês e Ano	Eventos/reuniões que trataram do tema “Barragem Poço de Varas”
Abril 2013	O deputado federal Fabio Farias recebe o projeto executivo da barragem, concluído em 2012, do ex-prefeito de São Miguel – que se elegeria deputado estadual ainda naquele ano – Galeno Torquato – e do prefeito de Cel. João Pessoa, Francisco Alves (mais conhecido como Pachica).
Agosto 2013	Reunião entre o prefeito de São Miguel, Dario Vieira; o deputado estadual, Gustavo Fernandes; o deputado federal e presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves; dentre outros participantes.
Agosto 2013	Reunião entre Henrique Alves; o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, e o deputado estadual Gustavo Fernandes.
Abril 2014	Movimento SOS Água, aproveitou a visita do ministro Garibaldi Alves, em decorrência da inauguração da agência do INSS em São Miguel, para pressionar os políticos estaduais e federais.
Abril 2014	Reunião em Brasília entre o deputado estadual Gustavo Fernandes; o ministro da Integração Nacional, Francisco Teixeira; o ministro Garibaldi Filho e o prefeito de São Miguel, Dario Vieira.
Agosto 2014	Audiência com a governadora Rosalba Ciarlini e o ministro da Integração Nacional, Francisco Teixeira, que contou com a presença dos prefeitos Dario Vieira (São Miguel), Expedito Salviano (Venha Ver) e Pachica (Cel. João Pessoa), do ex-prefeito de Dr. Severiano, Valdir Pires, e do secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Luciano Xavier.
Abril 2015	O deputado federal Fabio Faria reuniu-se com o secretário estadual de Recursos Hídricos, Mairton França, com o secretário de Articulação com os Municípios, Hudson Pereira de Brito, e com o ex-prefeito de São Miguel, Galeno Torquato, a fim de prosseguir com o projeto.
Junho 2007	Movimento “Caravana das Águas”, liderado pela então senadora Fátima Bezerra, em Pau dos Ferros-RN, contou com a presença de dezenas de políticos, dentre deputados estaduais, prefeitos e vereadores, além de técnicos de órgãos do governo, como DNOCS e CAERN.
Julho 2017	Reunião em Fortaleza, na Diretoria de Infraestrutura Hídrica do DNOCS. Participaram do encontro o diretor de infraestrutura hídrica, Roberto Otto Massler; o diretor administrativo, Gustavo Henrique Paiva; o ex-diretor do DNOCS, Elias Fernandes; o prefeito municipal de São Miguel, José Gaudêncio Torquato; além de técnicos do DNOCS.

FONTES: *Blogs, sites e portais eletrônicos.*

contemplados pela Operação Carro-Pipa, em janeiro de 2013.

Em situação bem mais confortável, Cel. João Pessoa passa a ser o maior fornecedor de água da zona urbana de São Miguel. Com grande potencial hídrico, a população de pouco mais de 4.700 habitantes<sup>16</sup> é abastecida pelo Açude do Caldeirão, este com capacidade de apenas 484.970 m<sup>3</sup>, mas que nunca secou dada a favorável estrutura geológica e hidrográfica, com bons riachos afluentes. O conjunto de poços artesianos contribui sobremaneira para o

abastecimento próprio e dos municípios fronteiriços São Miguel e Venha Ver.

A estrutura geológica de Cel. João Pessoa possui coberturas sedimentares recentes (Era Cenozoica), constituídas por “depósitos colúvio-eluviais: sedimentos areno-argilosos, arenosos e conglomeráticos, inconsolidados” (Alves, 2014, p. 13). Esta composição oferece ao município condições favoráveis à perfuração de poços artesianos-tubulares, devido às suas características de permeabilidade e porosidade das rochas superiores, permitindo a

<sup>16</sup> IBGE, Cidades. Panorama: Coronel João Pessoa. Censo 2010. (IBGE, s.d.).

maior absorção e armazenamento menos profundo das águas, além de menor concentração de sais minerais.

A boa tradição política entre Cel. João Pessoa e São Miguel facilita o intercâmbio em diversas matérias, dentre elas a questão hídrica. Segundo participantes da pesquisa, em alguns períodos, mais de 100 caminhões-pipa retiram água dos poços coronelenses e do Açude do Caldeirão diariamente, sendo o maior destino deles o vizinho São Miguel.

### *3.5. Avaliação do projeto e colapso no abastecimento (2014)*

Em 2014, pela primeira vez, se elegem dois deputados estaduais micaelenses no mesmo pleito: Raimundo Fernandes, em seu nono mandato consecutivo, e Galeno Torquato, na sua primeira candidatura ao cargo legislativo. Dois anos antes, o DNOCS tinha realizado uma atualização do projeto da barragem, de maneira a fazer correções do projeto base e acrescentar algumas premissas importantes. Após a conclusão dos trabalhos, o órgão encaminhou o projeto executivo para o processo de licitação; foi quando o Tribunal de Contas da União (TCU) sustou o mesmo, apontando problemas técnicos e orçamentários. Mas, estes problemas apontados foram pouco expressivos para o novo deputado, pois não os mencionava na campanha.

Dessa maneira, não contemplando diversos estudos de caráter físico-ambiental, o projeto não apresentou metodologia nem orçamento de indenizações; valores financeiros pouco detalhados e com preços acima dos de mercado; falta de critérios de medição e pagamento de serviços de execução. Tendo analisado o projeto, o Instituto de Defesa do

Meio Ambiente (IDEMA/RN) solicita ao DNOCS a produção do Relatório de Controle Ambiental (RCA) que, por sua vez, declara não dispor de recursos para tanto, algo próximo de R\$ 300.000.

Em janeiro de 2015 é decretado estado de colapso total no abastecimento em São Miguel. Toda a população micaelense passa a ser abastecida por carro-pipa. A zona rural continua a ser atendida pelo Exército e a urbana recebe do governo estadual, ambas retiradas dos poços de Apodi-RN, ainda assim insuficientes para grande parte da população, que compra água, tendo o preço da carrada variado entre 50 e 150 reais, de acordo com o volume, a origem e a sua qualidade.

O comércio da água aumenta, o número de caminhões-pipa se multiplica. Famílias de poucos recursos são obrigadas a destinar à aquisição de água rendimentos antes utilizados para a compra de alimentos, vestimentas e até medicamentos. A crise econômica iniciada em 2008 atingiu o Brasil e o mundo. Ainda, a partir do ano seguinte, iniciou-se um período de queda nas precipitações no semiárido, que em São Miguel culminou no esvaziamento do Açude Bonito II.

Entre êxitos e prejuízos, em São Miguel, poços tubulares foram sendo instalados indiscriminadamente por particulares. Devido à constituição geológica estruturada de rocha de embasamento cristalino muito resistente, com baixas capacidades de porosidade e permeabilidade, as fissuras em que percorrem e se alojam as águas subterrâneas têm, geralmente, localização e acesso dificultados, tendo baixa ou média vazão, além de alto teor de salinidade (Beltrão *et al.*, 2005).

Em 2015, a SEMARH instalou sete poços tubulares na zona urbana de São Miguel. A medida emergencial faz parte das ações promovidas pelo

governo estadual nos municípios decretados em situação de calamidade pública. A insuficiência e a morosidade das medidas tomadas demonstram com clareza o imediatismo e o alarmismo como a seca é assumida. Como disse Euclides da Cunha, “ela só nos impressiona quando aparece; é uma eterna e monótona novidade” (1907, p. 68 *apud* Villa, 2000, p. 93).

Sob os efeitos da seca, os dois pequenos reservatórios em território micaelense, os açudes da Vila Cachoeira e do Sítio Açude, encontravam-se quase completamente secos em 2016. Ainda assim, deles saíam dezenas de veículos abastecidos diariamente, sem potabilidade; eram as carradas de menor preço. As águas de beber e de cozinhar eram compradas em garraões de 20 litros – o alto custo termina levando muitas famílias a ingerir água sem pureza e tratamento. A baixa umidade relativa do ar, as altas temperaturas e as condições de impureza dos alimentos causaram epidemias de doenças infecciosas e bacteriológicas, afetando principalmente crianças e idosos, superlotando o hospital e os postos de saúde.

Em 2017, o semiárido estava no quarto ano seguido de *déficit hídrico* e o Rio Grande do Norte estava com 153 municípios em situação de emergência e 18 em colapso hídrico, dentre eles, São Miguel<sup>17</sup>.

Foi, portanto, neste cenário que se elegeu prefeito o arquiteto Gaudêncio Torquato, apoiado pelo irmão, o deputado Galeno Torquato. Em suas propostas de campanha não poderia faltar a bandeira eleitoral que hasteia bienalmente nas campanhas municipais e estaduais: a Barragem Poço de Varas.

Agora, pela forte ligação do deputado estadual com o atual governador Robinson Faria e seu filho Fabio Faria, deputado federal, acendia-se novamente a esperança popular de ver a barragem sendo construída. O ano de estiagem favoreceria o início da obra, pois os solos não se encontravam encharcados e os serviços não teriam este tipo natural de empecilho.

E assim, nos primeiros meses de 2017, mais uma reunião fora concretizada entre o prefeito José Gaudêncio e diretores do DNOCS, onde explicitaram que o projeto executivo e o levantamento cadastral da obra estavam concluídos e que faltava “equacionar as questões ambientais, a emissão de decreto de desapropriação das áreas de interesse do empreendimento e a alocação financeira necessária para a agilização total da obra” (DNOCS, 2017). Endossando a importância da obra, mais um pacto foi firmado entre as partes da reunião, comprometendo-se com a busca de recursos e o atendimento das exigências do IDEMA e do TCU.

Porém, os esforços políticos no Estado viriam a ser concentrados em direção a outros empreendimentos, como o Ramal do Apodi, do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF) – popularmente conhecido como Transposição do Rio São Francisco –, nos estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

Em junho de 2017, liderada pela senadora Fátima Bezerra – atual governadora do RN –, foi promovida uma série de audiências públicas pelas cidades do estado, além de visitas técnicas às obras do PISF. Este movimento foi intitulado de “Caravana das Águas” e reuniu inúmeros políticos com

<sup>17</sup> Matéria divulgada pelo G1, em 03/03/2017, intitulada “RN decreta situação de emergência por seca pelo 4º ano consecutivo”.

o objetivo de pressionar o Ministério da Integração Nacional a retomar as obras do Eixo Norte, que se encontravam paralisadas por decisão judicial de um desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1)<sup>18</sup>.

Na passagem da caravana por Pau dos Ferros, onde foi realizada a audiência pública, no auditório da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), foi reunido um grande número de políticos, entre deputados estaduais, prefeitos, vereadores e também representantes de organizações sociais, igrejas e órgãos técnicos. Todos os discursos proferidos expressaram a necessidade de união suprapartidária para que fosse incluído o Ramal do Apodi no projeto executivo, aquele que traria água para a mesorregião Oeste.

Contudo, o tema principal do pronunciamento do deputado Galeno Torquato, então Presidente da Frente Parlamentar de Águas do RN, foi a Barragem Poço de Varas, aquela que se confirmava como prioridade máxima de seu mandato e que o DNOCS iria edificar, segundo o próprio<sup>19</sup>. Conquanto o Ramal do Apodi seja concretizado, corre-se o risco de os municípios de São Miguel, Cel. João Pessoa, Dr. Severiano, Venha Ver e Encanto não contarem com o recurso hídrico da integração. A idiossincrasia do discurso sustido pelo deputado naquela ocasião demonstra o apego à proposta da barragem, como um totem a ser defendido impreterivelmente.

Em conformidade com o projeto defendido na caravana, a bancada parlamentar decidiu priorizar

a obra do Ramal do Apodi no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para 2018. A outra prioridade elegida foi a barragem de Oiticica, esta com recorrentes períodos de paralisação das obras e acréscimos orçamentários. Em setembro de 2018, o Ministério da Integração Nacional liberou recursos na ordem de 238 milhões para garantir sua conclusão, na época com 60% concretizada<sup>20</sup>.

Com outras prioridades por parte dos governos estadual e federal, os municípios da microrregião Serra de São Miguel continuam sem resolução da problemática, sendo atendida em parte a demanda pelo recurso hídrico por meio das operações carro-pipa. Novamente, o valor considerado alto da obra – orçado em 19 milhões – por muitos representantes é passível de questionamentos. O município de São Miguel, o maior e mais afetado pelas estiagens na microrregião, é atendido por três intervenções de abastecimento: Operação Carro-Pipa do 16º Batalhão de Infantaria Motorizado, da Defesa Civil; Operação Pipa, da CAERN, e a Operação Vertente, do estado do RN.

De acordo com os dados fornecidos pela Secretaria de Obras do Município de São Miguel, a Operação Carro-Pipa, do Exército (Defesa Civil), é responsável pelo abastecimento de toda a zona rural, sendo os serviços iniciados em fevereiro de 2013. São 24 caminhões transportando água de Apodi, a 116 km de distância, cada um custando R\$ 12.000 ao mês. Pela Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN), os serviços tiveram

<sup>18</sup> Matéria do *site* do Supremo Tribunal Federal (STF), intitulada “Suspensa decisão que paralisou processo de construção do Eixo Norte da transposição do rio São Francisco”, publicada dia 20 de julho de 2017. (STF, 2017).

<sup>19</sup> Documentário *Caravana das Águas*, produzido pela UERN, 2018.

<sup>20</sup> *Tribuna do Norte*. Título da matéria “Ministério da Integração libera R\$ 32 milhões para barragem de Oiticica”, publicada em 27 de setembro de 2018. (Tribuna do Norte, 2018).



início em setembro de 2015, com 16 caminhões, tendo o contrato a duração de seis meses no valor de R\$ 697.000. Iniciada em junho de 2017 pelo Governo do Estado, a Operação Vertente (projeto em parceria entre os governos estadual e federal) conta com 12 carros (com aproximadamente 120 carradas mensais), ao custo de R\$ 10.000 mensais por carro.

Contabilizando os valores das operações contratadas durante o início de cada prestação de serviços até o final do ano de 2018, a soma chega a quase 25 milhões de reais. Sobre esta simples conta aritmética, é categoricamente expressa a lógica de dominação das classes hegemônicas que reproduzem as velhas práticas assistencialistas, encarando como situação de emergência um fenômeno cíclico. O distanciamento geográfico daqueles que se perpetuam no poder é um problema eleitoral, pois precisam ser lembrados positivamente nos interiores do estado a cada quadriênio, de maneira a subjazer os escândalos de corrupção comprovados e indiciados.

A maneira mais fácil de atender seus propósitos é que exista a necessidade popular, se possível latente, para que não haja alternativa, senão a de procurá-los, por intermédio dos políticos locais compactuados. E assim, atentos à nova conjuntura, aproxima-se mais um pleito municipal e novamente tem-se atualizada a narrativa. Segundo a matéria publicada no *site* oficial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (ALERN), no dia 5 de agosto de 2020, o deputado Galeno Torquato se reuniu com o ministro das Comunicações, Fábio Faria, o ex-governador Robinson Faria e o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, que, por sua vez, garantiu que as obras da Barragem Poço

de Varas terão recursos assegurados no Orçamento Geral da União ainda no ano vigente. Na ocasião, a matéria realça a preocupação do deputado, atribuindo que ele “está em busca de mais esta conquista para a população do Alto Oeste porque é sensível às dificuldades oriundas da seca e certamente este passo representará o avanço que os novos tempos exigem” (ALERN, 2020).

Como um imperativo regional, todo progresso tem que ser gradativo, pois a inflexão das oligarquias precisa ser lenta para que se acomode na conjuntura, de maneira a tirar proveito de cada situação. Assim, tornar-se conhecido por demonstrar empenho e comoção diante das mazelas faz parte da estratégia de manutenção do quadro de poder.

Interpretando Bourdieu (2007), para manter-se no poder não basta ao poderoso o exercício pleno do poder, pois sua permanência exige reconhecimento coletivo. Para tanto, sobreviver no campo político não depende exclusivamente da propriedade do capital e das práticas exercidas em posse do cargo, depende também do poder simbólico.

Essa dominação simbólica se manifesta com impressionante eficácia, pois se vale não só do aparelho do Estado como forma de legitimação, mas dos acordos entre este e diversos atores sociais e do capital. As alianças políticas tradicionais confluem para a manutenção do *status quo* dos quadros de dominação, conferindo maior lucro e poder às partes. É a repetição do discurso político-midiático que garante apoio popular que se manifesta, em última instância, pelo voto que, por sua vez, se traduz na manutenção das velhas oligarquias regionais. São esses agentes hegemônicos que ditam as regras do jogo e dão as cartas na configuração territorial.

---

#### 4. Considerações finais

É por meio do campo político que a ideia da Barragem Poço de Varas ganha substância, tendo influenciado efetivamente o planejamento hídrico dos municípios de Cel. João Pessoa, Dr. Severiano, Encanto, Venha Ver e, em especial, o que mais sofre com as consequências das secas, São Miguel. Este município ganha notoriedade pela representatividade política, pois mesmo sendo de pequeno porte, conta com dois deputados estaduais, ambos herdando o capital político de suas famílias – Fernandes e Torquato –, que se revezam no poder local desde 1945.

A atualidade do assunto impressiona pela longevidade. Tendo surgido em 1915 com a primeira liderança local, João Pessoa de Albuquerque, o uso político da barragem tem contribuído sobremaneira para o sucesso das campanhas eleitorais que se seguiram, sendo objeto de discursos e movimentação até os dias atuais. A presença da promessa impera sobre a territorialidade das comunidades a serem

afetadas, esta que deverá ser objeto de análise de outro trabalho acadêmico.

Neste sentido, enraizada na memória coletiva e assumida pelas classes políticas contemporâneas como única solução para os problemas causados pelas estiagens, a proposta da barragem exerce poder impressionante sobre a gestão hídrica, a ponto de que qualquer ideia que surja, quando não ignorada, seja categoricamente combatida pela própria classe política.

Assim sendo, este trabalho dá sequência a um referencial teórico acerca da gestão e do gerenciamento hídrico da Serra de São Miguel, seguindo os caminhos das interpretações do campo social, oferecendo uma discussão séria sobre processos históricos caros à investigação qualitativa das ciências sociais.

Feitas as reflexões, espera-se que o leitor tenha suas expectativas e curiosidades acerca da história da Barragem Poço de Varas sanadas por este texto, mas, também, que provoque novas questões capazes de dar continuidade à necessidade investigativa da temática.

#### Referências

Araújo, T. B. de. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. In: Guimarães, P. F. (Orgs.). *Um olhar territorial para o desenvolvimento*: Nordeste. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014. p. 540-560.

ALERN – Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. *Galeno discute construção da Barragem Poço de Varas com ministro Rogério Marinho*. 05/08/2020. Disponível em: <<http://www.al.rn.gov.br/portal/noticias/19146/galeno-discute-construo-da-barragem-poo-de-varas-com-ministro-rogrio-marinho>>. Acesso em: ago. 2020.

ALERN - Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. *Gustavo Fernandes articula retomada da Barragem Poço de Varas*. 25/04/2014. Disponível em: <<http://www.al.rn.gov.br/portal/noticias/3517/gustavo-fernandes-articula-retomada-da-barragem-poo-de-varas>>. Acesso em: 18 out. 2018.

Alves, A. M. Caracterização geológico-geomorfológica das microrregiões de São Miguel, Pau dos Ferros e Umarizal. In: Almeida, J. E. de; Alves, A. M. (Orgs.). *Zoneamento Ecológico-Econômico do Alto Oeste Potiguar*: microrregiões de Pau dos Ferros, São Miguel e Umarizal. Mossoró: Queima-Bucha, 2014. p. 13-22.

- Bardin, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- Beltrão, B. A.; Rocha, D. E. G. A. da; Mascarenhas, J. de C.; Souza Junior, L. C. de; Pires, S. de T. M.; Carvalho, V. G. D. de (Orgs.). *Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea: Estado do Rio Grande do Norte*. Ministério de Minas e Energia. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.
- Bezerra, M. A. A.; Santos, J. E. M.; Oliveira Filho, I. N. de; Correia Neto, J. S. Gestão das águas de barragens do Nordeste a partir de uma perspectiva social e econômica. In: *Anais do Congresso SOBER*, Edição 47, Porto Alegre, 26 a 30 jul. 2009.
- Blog São Miguel News. *Henrique Alves reivindica a construção da barragem Poço de Varas ao Ministro da Integração*. Disponível em: <[http://www.saomiguelnews.com.br/2013/08/blog-post\\_25.html](http://www.saomiguelnews.com.br/2013/08/blog-post_25.html)>. Acesso em: 18 out. 2018.
- Blogue do Xerife. *Fábio Faria recebe projeto de construção da Barragem Poço de Varas, no Alto Oeste*. Disponível em: <<https://goo.gl/ihXTKS>>. Acesso em: 16 nov. 2018.
- Bourdieu, P. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz (português de Portugal). 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- Bursztyn, M. *O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste*. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008.
- Cardoso, G. C. C. *O estado desenvolvimentista e o Nordeste: o BNB na busca de um novo modelo de desenvolvimento regional*. Natal, Tese (Doutorado em Ciências Sociais), UFRN, 2006.
- Dantas, M. *Movimento pela construção da Barragem Poço de Varas marcou inauguração do INSS de São Miguel*. Disponível em: <<https://goo.gl/JsN8mP>>. Acesso em: 18 out. 2018.
- DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. *Relatório Geral: Barragem Poço de Varas*, 2012.
- DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. *Reunião abordou projeto da barragem Poço de Varas*, 2017. Disponível em: <<https://antigo.dnocs.gov.br/gab-cs/noticias/3523-reuniao-abordou-projeto-da-barragem-poco-de-varas>> Acesso em: jul. 2018.
- DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. *Ficha técnica*. 2018. Disponível em: <[https://www.dnocs.gov.br/php/canais/recursos\\_hidricos/fic\\_tec\\_reservatorio.php?codigo\\_reservatorio=264&descricao\\_reservatorio=A%E7ude+Bonito+II](https://www.dnocs.gov.br/php/canais/recursos_hidricos/fic_tec_reservatorio.php?codigo_reservatorio=264&descricao_reservatorio=A%E7ude+Bonito+II)>. Acesso em: jul. 2018.
- DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. *Reunião abordou projeto da Barragem Poço de Varas*. Disponível em: <<https://goo.gl/Wv3txo>>. Acesso em: 19. out. 2018.
- Felipe, J. L. A. *Rio Grande do Norte: uma leitura geográfica*. Natal: FAPERN/EDUFRN, 2010.
- G1-RN. *Solução para a seca no Seridó potiguar; barragem de Oiticica vai custar e demorar mais para ficar pronta*. 2017. Disponível em <<https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/solucao-para-a-seca-no-serido-potiguar-barragem-de-oiticica-vai-custar-e-demorar-mais-para-ficar-pronta.ghml>>. Acesso em: nov. 2018.
- Guerra, A. T.; Guerra, A. J. T. *Novo dicionário geológico-geomorfológico*. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Recenseamento de 1920 (4º Censo geral da população e 1º da agricultura e das indústrias)*. V. 4. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1929.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Cidades. *Panorama: Coronel João Pessoa*. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/coronel-joao-pessoa/panorama>>. Acesso em: out. 2018.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Séries Históricas e Estatísticas*. 2018. Disponível em: <<https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>>. Acesso em: out. 2018.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estado do Rio Grande do Norte: Censos Econômicos, 1950. Série Regional*, V. 15, Tomo 2. Rio de Janeiro, 1995.
- Lopes, A. P.; Silva, R. G da; Torquato, J. G. D. *Cronologia Histórico-Política e Administrativa de São Miguel*. Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Turismo, Eventos e Lazer de São Miguel, 2018.
- Martins, J. de S. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.

- Mello, F. M. de. (Coord.). *A história das barragens no Brasil, Séculos XIX, XX e XXI*: cinquenta anos do Comitê Brasileiro de Barragens. Rio de Janeiro: CBDB, 2011.
- Nonato, R. *Os revoltosos em São Miguel, 1926*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1966.
- Oliveira, F. de. *Elegia para uma re(li)gião*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- Pereira, J. W. G.; Silva, C. N. M. da. Barragem Poço de Varas nos municípios de Coronel João Pessoa-RN e São Miguel-RN: por que não sai do papel? In: Alves, L. S. F.; Dantas, J. R. Q.; Santos Junior, A. L. (Orgs.). *Anais do 1º Encontro Nacional de Planejamento Urbano e Regional no Semiárido*: I ENAPUR-Semiárido. Natal: CCHLA, 2017.
- Portal do Governo do RN. *Ministro garante à governadora inclusão da Barragem Poço de Varas no PAC*. 2014. Disponível em: <<http://www.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=37876&ACT=&PAGE=&PAR-M=&LBL=Materia>>. Acesso em: 18 out. 2018.
- Ribeiro, R. W. Seca e determinismo: a gênese do discurso do semiárido nordestino. *Anuário do Instituto de Geociências*, 22, 60-91, 1999.
- Rio Grande do Norte. Justiça Federal. *Memorial*: Linha do tempo do Rio Grande do Norte. Disponível em <<https://goo.gl/zLTyaY>>. Acesso em: 15 nov. 2018.
- São Miguel, Prefeitura Municipal. *Biografia da cidade de São Miguel*. Disponível em: <<https://www.saomiguel.rn.gov.br/municipio>>. Acesso em: jul. 2017.
- Silva, R. G. da. *Coluna Prestes em São Miguel – RN (1920-1930)*. Natal, Monografia (graduação em História), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1992.
- Souza, M. L. de. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: Saquet, M. A.; Sposito, E. de S. (Org.). *Territórios e territorialidades*: teorias, processos e conflitos. 1. ed. São Paulo: UNESP; Expressão Popular, 2009.
- STF – Supremo tribunal Federal. *Suspensa decisão que paralisou processo de construção do Eixo Norte da transposição do rio São Francisco*. JusBrasil, 2017. Disponível em: <<https://stf.jusbrasil.com.br/noticias/470892659/suspensa-decisao-que-paralisou-processo-de-construcao-do-eixo-norte-da-transposicao-do-rio-sao-francisco>>. Acesso em: jul. 2018.
- TCU – Tribunal de Contas da União. *Relatório de Auditoria realizada pela 4ª Secretaria de Fiscalização de Obras Secob-4 no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS*, 2011. Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2012/fiscobras2011\\_sintetico/sintetico/sintetico\\_2011\\_70.pdf](https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2012/fiscobras2011_sintetico/sintetico/sintetico_2011_70.pdf)>. Acesso em: fev. 2015.
- Tribuna do Norte. *Ministério da Integração libera R\$ 32 milhões para Barragem de Oiticica*. Natal, 2018. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/minista-rio-da-integraa-a-o-libera-r-32-milha-es-para-a-barragem-de-oitica/425485>>. Acesso em: nov. 2018.
- Villa, M. A. *Vida e morte no sertão*: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ática, 2000.